

Durval, Ângela, Flexa, Renan, Jucá, Viana, João Vicente e Malta na reunião de ontem da Mesa: iniciativas visam fortalecer a Casa



Mesa sugere ampliação das atribuições dos senadores 2

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.816 — Brasília, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2013

## Mesmo sem acordo, FPE será votado no dia 19

Mesa do Senado agendou para mês que vem a definição das novas regras de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. Na semana anterior, líderes partidários debaterão o tema com governadores, no Congresso

**P**roposta de Walter Pinheiro com novos critérios para a distribuição de recursos federais será discutida pelo Senado em 13 de março. A votação ocorrerá no dia 19, mesmo que até lá não haja consenso. Se aprovado, texto segue para a Câmara. A definição de

novas regras deve ser concluída pelo Congresso em até cinco meses, pois as normas atuais foram consideradas inconstitucionais pelo STF. A importância da votação foi ressaltada pela presidente Dilma Rousseff na mensagem enviada para a abertura dos trabalhos legislativos. 3

Ações para reduzir gastos no Senado são publicadas 2

Licitação da Procuradoria deverá ser investigada 2

### Três iniciativas têm prioridade de votação em Plenário

MPs tratam do fundo do Centro-Oeste, crédito para bancos oficiais e redução de custo para empresas. 4

### Ana Amélia elogia medida provisória do setor elétrico 4

Geraldo Magela/Agência Senado



### Comissões para analisar MPs definem presidentes

Os grupos são formados por senadores e deputados e as medidas provisórias a serem examinadas têm, entre outros objetivos, a retomada do crescimento econômico do país. 4

Ana Amélia conversa com Francisco Dornelles (E) e José Pimentel, que conduziu a escolha dos presidentes

## Dez anos do PT na Presidência voltam a provocar debates 5

### Suplicy defende Yoani; Randolfe cita avanços sociais em Cuba

A visita ao Brasil da blogueira dissidente do regime castrista voltou a ser tema de discursos na tribuna do Senado. 8

Marcos Oliveira/Agência Senado



Pedro Taques, relator, e Eunício Oliveira, presidente da comissão, definem agenda para analisar projeto de novo Código Penal

### Jurista Reale Júnior fala à Comissão do Código Penal

Quinta-feira, a comissão promoverá debate com Miguel Reale Júnior, que aponta “erros da maior gravidade técnica” no projeto do novo código, e o procurador da República Luiz Carlos Gonçalves. 7



Renan (C) preside reunião da Mesa ao lado dos senadores Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Romero Jucá e Jorge Viana

## Mesa propõe medidas para fortalecer papel do Senado

Prestação anual de contas das agências reguladoras à Casa, realização de grandes debates temáticos em Plenário e reforma do Regimento Interno estão entre as ações divulgadas ontem por Renan

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem medidas que visam fortalecer a Casa e ampliar atribuições. Uma delas estabelece que as agências reguladoras compareçam ao Senado, a cada ano, para fazer prestação de contas. Outra prevê a realização de sessões de debates e votações temáticas para aprofundar e agilizar a apreciação de temas importantes para o país. Aprovadas pela Mesa do Senado, as ações serão analisadas pelo Plenário.

Autor da ideia sobre as agências, o segundo-vice-presidente, Romero Jucá (PMDB-RR), sugere que as prestações de contas sejam feitas em reuniões conjuntas de três comissões: a relacionada à área da agência, a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao justificar a participação da CAE e da CCJ, Jucá ressaltou que o objetivo é discutir também os aspectos econômicos e jurídicos da atuação de cada agência.

— O Senado vota as indicações dos diretores das agências, mas não analisa a prestação de contas. Precisamos fazer isso, da mesma forma como fazemos com o Banco Central — assinalou o senador.

Sobre as sessões temáticas, o segundo-vice-presidente citou como exemplos de assuntos a serem debatidos o pacto federativo e a segurança pública. Para que as sessões especiais possam ser realizadas, Jucá disse que será necessária a requisição por parte da Presidência da Casa, das lideranças ou de um terço dos senadores. A requisição teria de ser aprovada em Plenário.

— O objetivo é dar foco ao debate — ressaltou.

Jucá argumentou que, atualmente, questões regimentais restringem esse tipo de discussão em Plenário. Ele lembrou, por exemplo, o limite de tempo para cada discurso de senador.

O parlamentar negou que essa proposta possa beneficiar eventuais candidatos à Presidência da República.

### Regimentos

Outra decisão anunciada por Renan e Jucá é a reforma do Regimento Interno do Senado, que tem igualmente o objetivo de “agilizar as atividades legislativas”. Jucá afirmou que o relator da matéria, Lobão Filho (PMDB-MA), está concluindo o trabalho. Atualmente, o texto tramita na CCJ.

O presidente do Senado pretende, ainda, discutir com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, a reforma do regimento comum das duas Casas.

## Senadores elogiam ideia das sessões temáticas

Vários senadores elogiaram a iniciativa de realização de sessões temáticas de debates e votações. Eles disseram que, na quarta-feira, o debate iniciado por Aécio Neves (PSDB-MG) e Wellington Dias (PT-PI) sobre os dez anos do PT na Presidência foi limitado por questões regimentais.

Ao anunciar a medida, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “os dispositivos limitadores do

tempo democratizam o uso da palavra, mas o regimento não contempla momentos em que é necessário um tempo maior para instalar o debate”.

Aécio saudou os membros da Mesa do Senado pela iniciativa. Ele propôs uma agenda de questões a serem discutidas.

— Um debate sadio, duro quando for necessário, mas respeitoso — disse.

Wellington lembrou que as sessões temáticas eram uma cobrança antiga.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também cumprimentou a Mesa do Senado, que classificou como modernizadora.

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que o regimento deve ser respeitado, mas lamentou a interrupção do debate de quarta-feira.

— Em alguns momentos, o fato político deve se sobrepor a apenas um regimento, o que era consenso de todos os parlamentares aqui presentes — disse a senadora.

## Compra de tablets pela PGR será auditada

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá investigar uma compra de tablets feita em dezembro pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Requerimento com esse objetivo, apresentado por Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado durante a sessão plenária.

Collor, que vem fazendo duras críticas à atuação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse no início de fevereiro que, em pregão eletrônico para aquisição de 1.200 tablets, no valor de quase R\$ 3 milhões, houve “direcionamento escancarado” a um dos concorrentes.

Além disso, segundo ele, o pregão ocorreu no dia 31 de dezembro, às 16h, “ao apagar das luzes do órgão”.

Em nota divulgada no dia seguinte à denúncia, a PGR esclareceu que a escolha de um modelo específico tem amparo na Lei de Licitações, quando tecnicamente justificável.

## Publicadas as ações que visam reduzir despesas

Foram publicadas na quarta-feira medidas de redução de despesas e racionalização administrativa do Senado, aprovadas pela Comissão Diretora e anunciadas na terça-feira pelo presidente Renan Calheiros.

O Ato 3/13, publicado no *Boletim Administrativo do Senado Federal*, estabelece a redução de um quarto das funções comissionadas (FCs) de direção, chefia e assessoramento. Ficarão vagas, dentro da proporção, funções comissionadas indicadas pelos chefes das unidades ou as FCs com designação mais recente. O ato antecipa o corte de 48 funções gratificadas.

A chefia de gabinetes parlamentares, de lideranças ou de membros da Comissão Diretora poderá ser exercida por servidor comissionado que ocupe o cargo de assessor parlamentar (SF02), mas a função comissionada de chefe de gabinete (FC03) deverá ficar vaga. Está limitado a 55 o fracionamento de cargos nos gabinetes de senadores. Hoje, os recursos podem ser fracionados em até 79 cargos.

Ficam vedadas nomeações para a Polícia Legislativa, Enfermagem, Medicina, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Fisioterapia e Nutrição. Sobre a terceirização de mão de obra, o objetivo é reduzir as despesas em R\$ 33 milhões por ano.

O atendimento ambulatorial no serviço médico será encerrado, mantidas apenas perícias, emergência, atividades de junta médica e medicina do trabalho. A jornada na modalidade corrida passa a ser de sete horas diárias.

Entre outras medidas, também foi formalizada a criação do Conselho de Transparência e Controle Social, subordinado à Presidência do Senado e integrado por três representantes da sociedade civil, além de diretores da Casa.

### Fique por dentro

A Mesa do Senado e a Comissão Diretora da Casa são integradas pelo mesmo grupo de senadores, mas os dois órgãos têm atribuições diferentes. A Mesa trata das questões legislativas. A Comissão Diretora, da administração.

## Viana é escolhido para presidir conselho do plano de saúde dos servidores

Jorge Viana (PT-AC), primeiro-vice-presidente do Senado, é o presidente do Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde (SIS), o plano de saúde dos funcionários da Casa. Ele foi designado ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O Conselho de Supervisão é o órgão de deliberação do SIS. Cabe-lhe fixar diretrizes administrativas e operacionais e adotar decisões estratégicas que

garantam a sustentabilidade das ações de prevenção da doença e a promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde dos beneficiários.

Desde o dia 4, o SIS funciona integrado ao sistema de saúde da Caixa (Saúde Caixa). O convênio simplificou o sistema, acabando com a necessidade de autorização prévia para uma série de consultas, exames e tratamentos.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão para discursos

9h Hoje a sessão é não deliberativa. Será destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados de lideranças e da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Seis dias antes da votação, governadores vão se reunir com líderes partidários para debater novos critérios de distribuição de recursos

# Novas regras do FPE serão votadas em 19 de março mesmo sem acordo

A MESA DO Senado decidiu ontem agendar para 19 de março a votação das novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O texto, de Walter Pinheiro (PT-BA), será examinado mesmo sem acordo sobre a distribuição dos recursos, afirmou segundo-vice-presidente da Casa, Romero Jucá (PMDB-RR).

Haverá debate antes da votação, no dia 13, entre governadores, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e os líderes partidários. Se passarem no Senado, as novas regras serão examinadas na Câmara. O Congresso tem cerca de cinco meses para aprovar a proposta.

Em 2010, as regras do FPE foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte decidiu que elas valeriam até 31 de dezembro de 2012, para que o Congresso definisse novos critérios. Como isso não aconteceu, o ministro Ricardo Lewandowski concedeu em janeiro liminar que prorrogou o prazo por 150 dias. A importância da aprovação das novas regras foi ressaltada pela presidente Dilma Rousseff em mensagem que enviou ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos, neste mês.

O FPE é uma das modalidades de transferência previstas no artigo 159 da Constituição. Os recursos têm origem em dois tributos federais: o

Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda. O repasse tem de ser feito pela União a cada dez dias. Os atuais critérios dão tratamento preferencial às Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que recebem 85%. Os outros 15% ficam com as Regiões Sul e Sudeste.

Ao considerar os critérios inconstitucionais, o STF argumentou que essas regras,

definidas por lei em 1989, deveriam ter vigorado apenas entre 1990 e 1992. Depois a distribuição deveria ter sido reorganizada a partir do censo do IBGE, o que não ocorreu. Argumentou-se que a lei de 1989 estava baseada em contexto socioeconômico que não existe mais e que os coeficientes de distribuição foram fixados de maneira arbitrária por acordos políticos.

Jucá disse ainda que irá a Plenário proposta para que as agências reguladoras prestem contas ao Senado anualmente. Outra proposta, informou, refere-se à reforma do Regimento Interno, para agilizar as atividades no Senado. Ele ressaltou que haverá projeto de resolução sobre a criação de sessões temáticas para debate de grandes temas, como pacto federativo e segurança pública.

## Jucá celebra lei sobre a profissão de comerciários



Marcia Moriz/Agência Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou a aprovação do projeto de lei que regulamenta a profissão de

comerciário (PLS 115/07). O texto, de Paulo Paim (PT), segue para votação da Câmara.

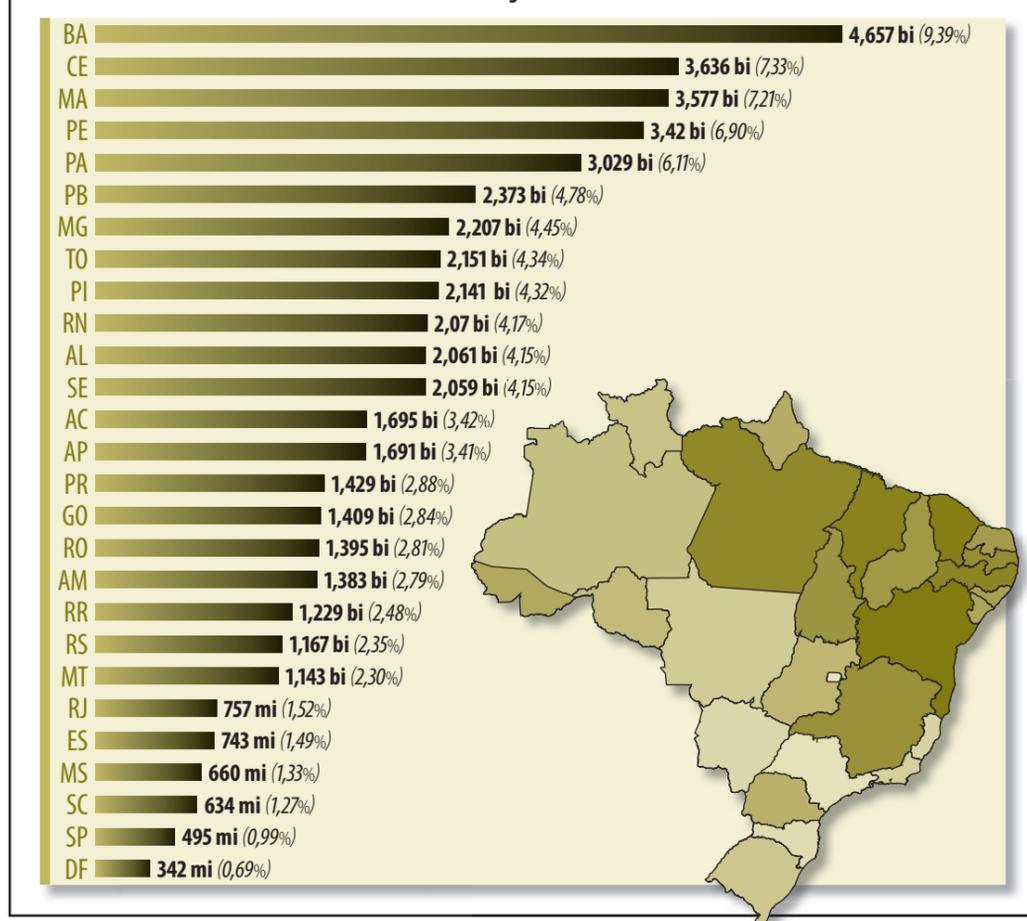
A proposta determina que a atividade dos empregados do comércio venha especificada na carteira de trabalho, fixa a jornada de trabalho em 8 horas diárias e 44 semanais e estabelece que o piso salarial seja definido em convenção coletiva.

Jucá fez também manifestação contrária à violência na Venezuela. Ele lamentou o assassinato do empresário brasileiro Ernandes da Silva Gomes, dono da Dinho Veículos. Gomes retornava da Ilha de Margarita, na Venezuela, quando foi assaltado e levou um tiro.

O senador disse que turistas brasileiros são as principais vítimas da violência na Venezuela e contou ter pedido providências ao embaixador venezuelano no Brasil, Maximilien Arvelaizo, que informou que o governo do país vizinho ampliará a fiscalização e a presença policial na rota, além de fazer rigorosa investigação para prender o assassino do empresário.

— Nós precisamos de mais segurança no trajeto até Margarita. O povo da Venezuela precisa de mais segurança e, portanto, o governo venezuelano determinou essas providências — afirmou o senador.

### Como ficou a distribuição de recursos em 2012



## Paim apoia advocacia pública municipal



Pedro França/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem pedido da Associação Nacional de Procuradores Municipais para que o Congresso aprove a Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

17/12, que regulamenta a advocacia pública municipal. Pela PEC, procuradores dos municípios exercerão representação judicial e consultoria jurídica, a exemplo dos procuradores dos estados e do Distrito Federal.

Paim leu carta em que a entidade ressalta que os procuradores municipais são profissionais de carreira típica de Estado, “aptos a não permitir ilegalidade, como contratações irregulares e licitações que sejam fraudulentas”. Ele lembrou que a associação já havia divulgado nota técnica sobre a PEC.

Paim registrou ainda a aprovação, na quarta-feira, do PLS 115/07, de sua autoria, que regulamenta a profissão de comerciário. Segundo o senador, a proposta beneficia 12 milhões de brasileiros.

## Raupp cita avanço de obras em Rondônia



Pedro França/Agência Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou ontem obras em Rondônia que, segundo ele, são fundamentais para o desenvolvimento do estado. Ele citou projetos que já têm apoio do governo federal, como a construção da ponte do Abunã, que liga Rondônia ao Acre; a construção das usinas de Santo Antônio e Jirau; e a construção de uma ponte binacional, unindo as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, na Bolívia.

— Tenho trabalhado também pela expansão da Hidrovia do Madeira, que atualmente liga Porto Velho à cidade de Itacoatiara, no Amazonas. E também a sua dragagem, para que haja navegabilidade durante todo o ano — disse.

O senador acrescentou ainda, em seu discurso, que também tem trabalhado pela modernização do terminal portuário da cidade de Porto Velho, um dos principais corredores de exportação de soja e milho da Região Norte.

## Collor destaca criação de cooperativa



Arthur Monteiro/Agência Senado

Fernando Collor (PTB-AL) discursou ontem sobre a criação da Cooperativa de Crédito do Agreste Alagoano, que deve entrar em operação em 90 dias. Ele agradeceu ao Banco

Central, que mês passado autorizou a criação da cooperativa.

O senador informou que a entidade terá sede em Arapiraca, segunda maior cidade de Alagoas, e já conta com 120 associados, incluindo pessoas jurídicas.

Para Collor, a cooperativa é importante para apoiar o produtor, principalmente “diante da paralisia do atual governador do estado”. Ele disse que a entidade poderá oferecer crédito aos associados a um custo inferior ao praticado pelos bancos. Seguros, consórcios, cartões e contas bancárias também estarão à disposição. O senador destacou que a nova entidade financeira será uma opção para a geração de empregos e terá papel essencial para interiorizar a economia e fortalecer as micros e pequenas empresas.

## Cassol anuncia ponte entre Brasil e Bolívia



Marcia Moriz/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) anunciou que nos próximos 60 dias deve ser licitada a obra da ponte internacional entre Guajará-Mirim e Guayaramerín, ligando Brasil e Bolívia. As pontes da BR 429 também devem sair do papel em breve, com novas licitações.

— É preciso concluir essas obras no tempo da seca. Vamos ficar de frente para os países andinos para comercializar riquezas e trazer desenvolvimento.

Ele elogiou o trabalho do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Jorge Ernesto Pinto Fraxe. Mas lamentou a participação de “empresas de malas” nas licitações, em especial a Delta Construções, que apareceu no escândalo Cachoeira.

Cassol classificou de inaceitável o fato de a empresa responsável pelo recapamento da estrada que liga Pimenta Bueno a Ouro Preto ter um caminhão, um carrinho de mão e seis pás e enxadas espalhados pela estrada.



Senadores Francisco Dornelles, José Pimentel e Waldemir Moka com o deputado Lúcio Vieira Lima na reunião que elegeu integrantes das comissões mistas

### Três medidas provisórias trancam a pauta de votações

Continuam trancando a pauta do Senado três medidas provisórias (MPs) aprovadas pela Câmara dos Deputados nesta semana. As MPs 581/12, 582/12 e 588/12 foram lidas em Plenário quarta-feira. Sem a votação delas, outras propostas não puderam ser examinadas ontem.

A MP 581/12 regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e autoriza créditos à Caixa Econômica Federal (R\$ 13 bilhões) e ao Banco do Brasil (R\$ 8,1 bilhões), para financiamentos a projetos de infraestrutura, agropecuária e pessoas físicas.

A MP 582/12 amplia a desoneração da folha de pagamento para diversos setores, além de outros benefícios, totalizando renúncia fiscal de R\$ 16,4 bilhões em cinco anos (de 2013 a 2017).

A MP 588/12 abre crédito extraordinário de R\$ 1,68 bilhão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), do Ministério da Educação.

As MPs 581/12 e 582/12 têm validade até 28 de fevereiro. Já a MP 588/12 só perderá a vigência no fim de abril.

### Malta quer critérios claros na composição das comissões da Casa

Magno Malta (PR-ES) cobrou dos demais líderes partidários clareza nos critérios para definir os partidos que presidirão as comissões do Senado. Ele voltou a reclamar da decisão que tirou do PR a Terceira-Secretaria da Mesa, que ficou com o PP. Pelo critério da proporcionalidade, disse, a vaga seria do seu partido.

— Quero ver agora qual proporcionalidade vão usar para as comissões. Para eleger o presidente do Senado, foi uma. Para compor a Mesa, num “esquemão”, foi outra.

Malta também anunciou que na próxima semana tratará, no Plenário, da proposta de redução da maioria penal. Para ele, é necessário um debate em torno do novo Código Penal, que tramita no Senado. Destacou também que o Espírito Santo teve 20 mil homicídios nos últimos dez anos e é o estado com mais casos de violência contra a mulher.

— O governo do meu estado precisa dizer o que tem para fazer, qual a proposta para reduzir a violência, porque não há um programa — disse.

## Definido o comando das comissões que analisam MPs do crescimento

Formados por senadores e deputados, grupos têm como objetivo analisar as medidas provisórias e emitir pareceres antes que as matérias passem a tramitar no Congresso

FORAM ESCOLHIDOS ONTEM os presidentes e os vice-presidentes de sete comissões mistas (senadores e deputados) destinadas a analisar medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo no final do ano passado e no início deste ano. As MPs têm entre os objetivos o estímulo à retomada do crescimento econômico.

A reunião para decidir a composição das comissões mistas foi presidida pelo senador José Pimentel (PT-CE). No mesmo encontro, foram indicados, pelos presidentes que haviam tomado posse pouco antes, os relatores e relatores-revisores das

medidas provisórias.

Ao assumir a presidência da comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória 597/12, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ressaltou a importância de as MPs serem debatidas nesses colegiados antes de chegarem aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

— As matérias já estão chegando mais debatidas, quase com consenso — disse Moka.

A MP 597/12 estabelece nova tabela para a tributação, pelo Imposto de Renda, da participação nos lucros de empresas. O relator da comissão será o deputado Luiz Alberto (PT-BA).

Veja ao lado quais são os temas, os presidentes e os relatores de cada uma das comissões mistas definidas ontem.

#### Quem é quem

- ▶ **MP 597/12** Estabelece nova tabela para a tributação pelo Imposto de Renda de participação nos lucros das empresas.  
» Presidente: **senador Waldemir Moka** (PMDB-MS)  
» Relator: **deputado Luiz Alberto** (PT-BA)
- ▶ **MP 599/12** Estabelece a compensação, pela União, a estados e municípios de perdas decorrentes da redução de alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).  
» Presidente: **deputado Eduardo Cunha** (PMDB-RJ)  
» Relator: **senador Walter Pinheiro** (PT-BA)
- ▶ **MP 600/12** Autoriza a União a conceder à Caixa Econômica Federal crédito de até R\$ 7 bilhões.  
» Presidente: **senador Delcídio do Amaral** (PT-MS)  
» Relator: **deputado Lúcio Vieira Lima** (PMDB-BA)
- ▶ **MP 601/12** Desonera a folha de pagamentos dos setores de construção civil e varejista.  
» Presidente: **deputado Paulo Ferreira** (PT-RS)  
» Relator: **senador Armando Monteiro** (PTB-PE)
- ▶ **MP 602/12** Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.  
» Presidente: **senador Valdir Raupp** (PMDB-RO)  
» Relator: **deputado Beto Faro** (PT-PA)
- ▶ **MP 603/13** Trata de ação emergencial de combate à seca.  
» Presidente: **deputado Amauri Teixeira** (PT-BA)  
» Relator: **senador Lobão Filho** (PMDB-MA)
- ▶ **MP 605/13** Provê recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de energia elétrica.  
» Presidente: **senadora Ana Amélia** (PP-RS)  
» Relator: **deputado Alexandre Santos** (PMDB-RJ)

### Para Ana Amélia, texto sobre setor elétrico é “iniciativa inteligente”

Escolhida presidente da comissão mista que vai examinar a MP 605/13, que trata do

setor elétrico, a senadora Ana Amélia (PP-RS) descreveu a medida provisória como “uma

iniciativa inteligente”.

Para ela, o governo reconheceu que havia um vazio

nessa questão e, por isso, “seguramente terá o apoio do Congresso” para aprová-la.

— Com a MP, o governo resolve as questões daquelas concessionárias que não aderiram ao processo de renovação dos contratos. É uma iniciativa inteligente do governo e não terá nenhuma dificuldade de apoio aqui no Congresso. Inclusive, da própria oposição.

Na avaliação da senadora, a medida provisória vai assegurar a saúde financeira das concessionárias de energia, permitindo a todas elas entrar no programa estabelecido pelo governo e reduzir as tarifas de energia elétrica.



Ana Amélia, recém-escolhida presidente da comissão mista que analisará a MP 605, ao lado de Delcídio do Amaral

Senadores voltam a comentar os dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores no país. Governistas citam avanços e desafios futuros e oposição lembra heranças de gestões anteriores

# Jorge Viana aponta avanços feitos nos governos do PT

JORGE VIANA (PT-AC) fez ontem uma análise dos governos Lula e Dilma, após participar na véspera, em São Paulo, de seminário que marcou os dez anos do PT no governo federal.

O senador considerou avanços desses governos: o controle da inflação, a criação de 19 milhões de empregos com carteira assinada, o crescimento do PIB de US\$ 500 milhões para US\$ 2,6 trilhões, o aumento do salário mínimo de US\$ 100 para US\$ 300, o acerto de contas com o FMI e a conquista da sexta posição mundial na fabricação de veículos.

— Temos a felicidade, com todo respeito aos demais líderes, de ter dois dos grandes



Viana: "O Brasil é outro hoje, mas há ainda enormes desafios pela frente"

líderes deste país: Lula e Dilma — considerou.

Viana disse que, depois dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o ex-presidente foi "escondido" pelo PSDB, apesar dos méritos de suas gestões, como a

estabilização da moeda. O senador afirmou que é obrigação dos governantes prestar contas, o que o PT tem feito com dados e números. Segundo Jorge Viana, o Brasil hoje é um país que "fica no centro da fotografia" nas reuniões do G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo.

— O Brasil é outro hoje, do ponto de vista da renda, da inclusão, dos indicadores do seu desenvolvimento. Mas ainda existem desafios enormes pela frente — disse.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) destacou os avanços do salário mínimo e do nível de emprego nos dez anos de governo do PT.



Ato político na quarta-feira, aniversário de 33 anos do PT, celebrou uma década do partido no governo federal

## Ângela exalta programa federal de combate à miséria



Ângela Portela (PT-RR) elogiou ontem a ampliação do Plano Brasil sem Miséria, anunciada

pela presidente Dilma Rousseff. A partir do próximo mês, explicou a senadora, cerca de 2,5 milhões de famílias listadas no Cadastro Único para Programas Sociais receberão complemento de renda para garantir um mínimo mensal de R\$ 70 por pessoa.

Ângela afirmou que a presidente comemorou a retirada da extrema pobreza, nos últimos dois anos, de mais 22 milhões de brasileiros. A senadora ressaltou ainda que, além do complemento de renda, o governo federal vem oferecendo a essas famílias cursos técnicos de capacitação, água, luz e assistência técnica para as que vivem no campo, creches e postos de saúde.

## Para Inácio Arruda, Brasil ficou livre do endividamento



Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a primeira década de governo do PT representa um

tempo curto do ponto de vista histórico, mas com muitas conquistas. Para o senador, o ex-presidente Lula recebeu um país em dificuldade e conseguiu mudar a situação.

Inácio declarou que o Brasil passou de um país economicamente quebrado para uma economia livre do endividamento e credor do FMI. Além disso, apontou avanços na infraestrutura, com a retomada do parque naval. Ele afirmou que é preciso melhorar, por exemplo, nos gargalos de infraestrutura e na produção científica e tecnológica.

— Nós temos força, energia, capacidade e gente boa para produzir o novo passo que o nosso país necessita e espera de cada um de nós — disse.

## Wellington elogia desempenho da Caixa e do Banco do Brasil



Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o Piauí é o estado com o maior número de empreendedores do Brasil, proporcionalmente ao tamanho da população. Segundo ele, parte do aumento do PIB estadual — que subiu de R\$ 7 bilhões para R\$ 27 bilhões desde 2002 — deve-se à forte atuação da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

O senador citou a injeção de recursos provenientes de programas como Garantia-Safra, Bolsa Família, Bolsa Formação, além dos investimentos e crédito em saneamento, comércio e indústria.

— Faço votos de que os brasileiros cada vez mais se beneficiem com o sucesso dessas duas instituições, que são do povo e têm um importante papel público na formação da cidadania — concluiu.

## Aloysio: é arrogância ignorar administrações anteriores

"Os governos que têm consciência de sua importância devem ter também consciência de sua transitoriedade", disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), manifestando "constrangimento e dissabor" ao ler na imprensa a frase "Nós não herdamos nada, tudo nós construímos", atribuída à presidente Dilma Rousseff.

— Foi uma hipérbole da arrogância, da autossuficiência — afirmou.

Para Aloysio, os governos de Lula e Dilma deveriam reconhecer o trabalho do povo para o desenvolvimento do país e o esforço dos brasileiros para debelar a inflação, liderado pelo presidente Itamar Franco e, depois, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Outro aspecto fundamental da herança que o governo do PT recebeu foi a atitude corajosa de federalizar a dívida mobiliária dos estados e de alguns grandes municípios. Sem isso, o Brasil



Aloysio diz que PT não reconhece avanços de governos anteriores

estaria inviabilizado — disse.

Aloysio disse que o PT questiona as privatizações, mas teve dez anos para "vasculhar tudo" e nada encontrou de errado. Citou também a Lei de Responsabilidade Fiscal, a avaliação do sistema educacional, a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

— Isto é uma herança! Por que não valorizá-la? Quando chegarmos ao poder, sabemos valorizar o que de bom o governo do PT fez, como a ampliação dos programas de transferência de renda.



## Falta realismo à política econômica, afirma Figueiró

A política econômica do Brasil tem sido um tanto frágil, disse Ruben Figueiró (PSDB-MS). Em sua opinião, o governo tem sido leniente com problemas que podem comprometer o futuro do país. Ele cobrou realismo da presidente Dilma Rousseff e apontou problemas como estagnação da produção, inflação, perdas da Petrobras e interferência ideológica em setores estratégicos:

— Acho temeroso o desacerto feito no fim do ano para acochambar as contas públicas, com a finalidade de ajustar nosso superávit primário dentro dos patamares dos conceitos de uma economia sustentável.

Figueiró disse temer que as estatísticas oficiais percam credibilidade. Para ele, a elevação do custo de vida pode ser maior do que mostram os índices do governo.

O senador condenou a administração da Petrobras, que, segundo ele, tem colocado a empresa "no limite da irresponsabilidade" e afastado investimentos imprescindíveis.



## Armando diz que PT e PSDB contribuíram para melhora do país

Ao comentar os embates entre PT e PSDB no Congresso, Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou que já está na hora de todos olharem para frente e de definir uma nova agenda.

Para ele, tanto as gestões do PSDB quanto as do PT na Presidência da República contribuíram para avanços e progressos. Apesar de ambos os partidos também terem cometido erros, disse, a hora agora é de olhar para o futuro e não apenas "inventariar culpas do passado".

Na interpretação de Armando, entre os desafios dessa nova agenda, estão o enfrentamento da escalada da violência e da precariedade do saneamento público; a melhoria do transporte e da logística; a recuperação da competitividade da indústria brasileira no mercado internacional; e a redução dos custos sistêmicos da cadeia produtiva.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) elogiaram o discurso. Aloysio alertou para o risco de volta da inflação, e Jucá lembrou que foi líder de governo dos três últimos presidentes.



Treinamento de policiais civis e agentes de segurança do Rio de Janeiro que vão trabalhar na Copa do Mundo em 2014 e nas Olimpíadas em 2016

## Ana Amélia questiona segurança para grandes eventos esportivos

Senadora lembrou o incêndio da boate Kiss e a morte de um torcedor boliviano, ambos provocados por uso de sinalizadores

A MORTE DO adolescente boliviano Kevin Beltran Espada, de 14 anos, atingido por um sinalizador da torcida corinthiana, quarta-feira, na Bolívia, em partida da Copa Libertadores da América, foi lamentada por Ana Amélia (PP-RS). A senadora mostrou preocupação com os grandes eventos que o Brasil sediará neste e nos próximos anos.

Referindo-se à Copa das Confederações em junho, à Jornada Mundial da Juventude em julho, e à Copa do Mundo em 2014 e às Olimpíadas no

Rio de Janeiro, em 2016, a senadora questionou a segurança oferecida aos participantes pelo poder público e pelos organizadores dos eventos e alertou para o papel social do torcedor em defesa da vida.

— Estaremos nós preparados para evitar tragédias e garantir segurança à população que participará desses grandes eventos, especialmente nos esportivos, nos quais existe a paixão das torcidas organizadas? — indagou.

Ana Amélia também propôs a discussão sobre o controle do uso

de fogos de artifício e de objetos pirotécnicos em grandes eventos, sejam estabelecimentos fechados ou abertos.

— Talvez seja o caso de proibição total — afirmou.

Ela lembrou a morte de 239 pessoas em janeiro, no incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS). A tragédia, também causada pelo uso de um sinalizador, motivou os parlamentares gaúchos a sugerir a criação de uma comissão temporária interna do Senado.

## Ministro do Turismo defende fundo do Mercosul

O ministro do Turismo, Gastão Vieira, visitou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele pediu prioridade na análise do Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul, informando que a Argentina, o Uruguai e o Paraguai já aprovaram a criação.

Gastão disse ainda que o governo está atento a possíveis abusos do setor de serviços em eventos como a Copa do Mundo. Ele informou que o governo está se antecipando e organizando reuniões com empresários para enfatizar a importância de evitar abuso de preços.

## Renan recebe medalha de associação de delegados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol). Eles entregaram a Renan a Medalha Senador Delegado Romeu Tuma, concedida a personalidades que se destacam em ações de fortalecimento da segurança pública.

O presidente da Adepol, Paulo Roberto D'Almeida, explicou que a entidade acompanha no Congresso cerca de 2 mil projetos sobre segurança pública, como o que estabelece regras para o inquérito policial (PLC 132/12), em análise na

Comissão de Constituição e Justiça.

Outra proposta acompanhada é a PEC 37/11, sobre a competência para investigação criminal das Polícias Federal e civis dos estados e do Distrito Federal. Para D'Almeida, são infundadas as críticas que acusam o projeto de retirar o poder de investigação do Ministério Público, pois "o MP é um fiscal da lei e não tem poder de investigação pela Constituição".

— Não estamos desconsiderando o Ministério Público. Quem vai fiscalizar o fiscal? — questionou.

## Capiberibe homenageia ex-governador do Pará

O ex-governador e ex-senador do Pará Almir Gabriel, morto terça-feira aos 80 anos, foi homenageado em Plenário por João Capiberibe (PSB-AP).

— A vida toda Almir foi do PSDB e eu sempre fui do PSB. No entanto, nós temos esse laço profundo de amizade, de companheirismo e de identidade na luta pela redemocratização do país — disse.

O senador contou quando Almir Gabriel apoiou a organização de esquerda Ação de Libertação Nacional e contribuiu para o sucesso da sua fuga da prisão durante a ditadura militar. Depois de ficar quase um ano no Presídio São José, em Belém, Capiberibe fez greve de fome e foi transferido para o Hospital da Aeronáutica. O então médico Almir montou uma rede de assistência aos carcereiros, o que facilitou a fuga.

— Eles foram relaxando e permitindo que eu pudesse fazer visita noturna à minha casa. Almir também fez uma coleta de recursos para permitir a fuga. Falo isso hoje porque essa é uma história que raras pessoas conhecem — contou o senador.

## Flexa: Almir Gabriel era honesto e competente

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também homenageou Almir Gabriel, pela segunda vez, na quarta-feira. Ele, que já havia enaltecido o ex-governador do Pará no dia anterior,

destacou que o ex-político morto terça-feira tratava os mais de 7,5 milhões de paraenses como membros da família. Durante o velório, disse o senador, diversas pessoas manifestaram gratidão pelas mais diversas ajudas prestadas por Almir Gabriel.

— Quando era médico, foi Almir quem implantou o serviço de cirurgia cardíaca no meu estado, ainda jovem. Competente em todas as ações, em todos os postos que ocupou na sua vida, atuava com amor e honestidade — relatou Flexa.

O senador pediu a inclusão nos anais do Senado de diversas reportagens lembrando a vida e a obra do ex-governador. Flexa foi ao enterro de Almir Gabriel em Belém e voltou diretamente para a tribuna, a fim de prestar a nova homenagem.



Gastão Vieira informa a Renan ações para evitar abuso de preços na Copa

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Detentos da Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal: com reforma do Código Penal, novos crimes serão criados e outros serão retirados da lei

## Comissão do Código Penal ouvirá Reale Júnior, crítico do projeto

Grupo de senadores que analisa a proposta marcou audiência pública para a próxima semana; procurador da República Luiz Carlos Gonçalves também participará da discussão

A COMISSÃO DE senadores que analisa o projeto do novo Código Penal (PLS 236/12) fechou ontem uma agenda de audiências públicas, para reabrir a discussão com a sociedade. O primeiro debate será com um dos maiores críticos da proposta. Na próxima quinta-feira, a comissão ouvirá o jurista Miguel Reale Júnior, que aponta “erros da maior gravidade técnica” e afirmou que a proposta “não tem conserto”.

Na audiência, Reale Júnior se sentará ao lado do procurador da República Luiz Carlos Gonçalves, que atuou como relator da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto que deu origem ao PLS 236/12.

Além das questões técnicas apontadas por Reale Júnior, o texto causa polêmica



O presidente da comissão do Código Penal, Eunício Oliveira (D), fala ao lado do relator, Pedro Taques

por tratar da descriminalização das drogas em quantidade para uso pessoal e prever novas condições para a realização do aborto legal, hoje só permitido quando resulta de estupro ou quando há caso de risco de morte para a grávida.

Na reunião de ontem, a comissão decidiu que haverá debates em diferentes estados.

— Queremos produzir um projeto

substitutivo à altura do que pensa a maioria dos brasileiros e dos que militam no mundo jurídico — afirmou o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Com mais de 70 anos, Código Penal está defasado. Leia, no link abaixo, reportagem especial do **Jornal do Senado**:

<http://bit.ly/especialCodigoPenal>

### Proposta deve ser aprovada neste ano pelo Senado

Segundo o presidente da comissão especial, Eunício Oliveira, os debates sobre o novo Código Penal serão feitos num ritmo que permitirá a votação no Plenário antes de julho. Para o relator, Pedro Taques (PDT-MT), o mais provável é que a aprovação no Senado ocorra no segundo semestre.

O Código Penal está em vigor desde 1942 e já passou por uma reforma, em 1984, e por alterações pontuais.

Taques disse que o código é responsável pela impunidade de crimes graves — um problema é a facilidade para a progressão da pena.

— Não é razoável que alguém cometa homicídio e fique apenas um ano preso. É um absurdo e não condiz com a democracia, pois nela o Estado tem o dever fundamental de defender o cidadão.

## Em audiências públicas, senadores debaterão maioria penal

Um dos temas polêmicos que deverão ser discutidos nas audiências sobre o projeto do novo Código Penal é a redução da maioria penal — hoje aos 18 anos. Mesmo entendendo que o assunto não pode ser tratado por uma lei ordinária, a comissão poderá sugerir alternativas, segundo o presidente do colegiado, Eunício Oliveira.

— Depois dos 16 anos, os jovens devem responder por crimes efetivamente cometidos. A situação de alguém que furtou um pacote de biscoito para comer é muito diferente daquele que cometeu de 20 a 30 crimes graves, vai para o centro de recuperação, tem seis meses de bom comportamento e depois volta para cometer crimes — afirmou.

O relator, Pedro Taques, também considera oportuno aproveitar as audiências para debater a maioria penal. Para ele, a questão a ser enfrentada não se refere ao menor infrator, problema numericamente

irrelevante, mas aos adolescentes que cometem crimes graves.

— Podemos, sim, fazer essa reflexão. Não podemos temer esse debate.

Para os dois senadores, o início da maioria aos 18 anos, embora definida pela Constituição, não equivale a cláusula pétrea. Segundo Eunício, é possível flexibilizar a regra por meio de propostas de emenda constitucional que já estão tramitando ou com um novo texto.

Os senadores também citaram a necessidade de abordar a internação compulsória de dependentes químicos. Para Taques, porém, será difícil “pacificar” as críticas ao tratamento que poderá ser dado a temas polêmicos como esse, o aborto e a eutanásia.

— São questões que envolvem posições filosóficas, científicas e religiosas. Mas temos que ouvir o cidadão, os vários centros e as várias posições.

## Lídice lamenta adiamento de julgamento

A decisão que adiou o julgamento de nove integrantes do grupo de pagode New Hit, acusados de estupro de duas adolescentes em agosto de 2012, em Ruy Barbosa (BA), foi lamentada por Lídice da Mata (PSB-BA).



Morieira Mariz/Agência Senado

A senadora considerou estranho que o julgamento, que estava marcado para a última terça-feira, tenha sido adiado para setembro sob a alegação de que duas testemunhas de defesa não teriam sido encontradas:

— Não posso achar normal que se dê mais sete meses para que a defesa apresente duas testemunhas que considera tão importantes num processo que se iniciou em agosto do ano passado — protestou.

Lídice assinalou que, com o adiamento, os nove acusados de estupro coletivo permanecerão em liberdade, “fazendo shows como se nada tivesse acontecido”. Ela manifestou sua indignação com o empresário da New Hit, que teria afirmado que a ação criminal ajudou a tornar a banda conhecida nacionalmente.

— Isto é um cinismo, é uma desconsideração com a dor daquelas meninas, dos seus familiares e da sociedade brasileira — disse.

## Santoro: violência contra jovens em RR é assustadora

Sodré Santoro (PTB-RR) lamentou a violência contra os jovens de Roraima. Ele mencionou o *Mapa da Violência 2012 — crianças e adolescentes do Brasil*, divulgado no ano passado.



Arthur Monteiro/Agência Senado

Para o senador, são assustadores os resultados da pesquisa. Em Roraima, a taxa de homicídios na faixa de 0 a 19 anos subiu de 7,7 a cada 100 mil pessoas, em 1990, para 13,8 em 2010.

Santoro chamou a atenção para o fenômeno das gangues em Roraima, conhecidas como “galeras”.

— Na semana passada, a *Folha de Boa Vista* denunciava a situação fora de controle da violência praticada por jovens na capital roraimense. Segundo o jornal, membros de galeras se enfrentam em via pública. À noite, eles impõem o terror.

Ele mencionou o fenômeno da interiorização dos homicídios, que tem sido apontado pelo *Mapa da Violência*. Em grandes capitais, como Rio e São Paulo, diminuíram as taxas de homicídio entre crianças e adolescentes, enquanto cresceram em capitais nordestinas e no interior.

— Os números demonstram a ineficiência das políticas públicas de prevenção à violência e combate à criminalidade.

# Suplicy: Yoani tem direito de expressar opiniões

Senador criticou manifestações agressivas sofridas pela blogueira dissidente do regime cubano durante visita ao Brasil

EDUARDO SUPLICY (PT-SP) defendeu ontem a blogueira cubana Yoani Sánchez. Ela visita o Brasil e foi alvo de manifestações agressivas.

O senador, que acompanhou a ativista na visita ao Congresso Nacional anteontem, leu um artigo do jornalista Eugênio Bucci para salientar que, mesmo se a dissidente representasse os interesses dos Estados Unidos, “o que não é o caso”, isso não mudaria nada: a dissidente deveria ter os direitos de ir e vir e de manifestar suas opiniões.

Suplicy afirmou que as críticas que Yoani faz na internet, em seu blog, sobre o cotidiano em Cuba são “sempre sensatas” e “muito menos ferinas e ofensivas” do que inúmeros pronunciamentos de



Eduardo Suplicy volta a defender blogueira e liberdade de expressão

opositores do governo petista. Ele ressaltou as declarações da blogueira contrárias ao embargo norte-americano e à prisão de Guantánamo.

O senador reforçou que a viagem de Yoani Sánchez ao Brasil e a outros países configura um passo importante para o fim do bloqueio econômico imposto a Cuba pelo governo norte-americano há mais de 50 anos.

— Contrária o bom senso que os Estados Unidos continuam sem ter um relacionamento normal com um país como

Cuba — disse.

A dissidente do regime cubano, segundo Suplicy, também reconhece as conquistas na saúde e educação do seu país, mas aponta que não houve mais avanços desde que a ilha deixou de receber a colaboração da ex-União Soviética.

O senador finalizou o pronunciamento citando o estatuto do Partido dos Trabalhadores (PT), que prega a construção do socialismo com democracia:

— A minha atitude para assegurar o direito à palavra de Yoani Sánchez é consistente com os propósitos do partido que ajudei a fundar.

Em aparte, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ser pela livre manifestação de pensamento, mas declarou-se contra “santificar” Yoani Sánchez, que, para ele, no blog que ela escreve, reforçaria “o preconceito contra Cuba”.

## Ilha também teve avanços sociais, afirma Randolfe

Em discurso, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) argumentou que, embora a realidade de Cuba tenha problemas, como a pouca liberdade de expressão, não há como negar os avanços, principalmente os sociais.

— Costuma-se criminalizar Cuba e esquecer as conquistas da revolução e de fazer comparação de dados que deveriam servir de exemplo.

O senador ressaltou que dez anos depois da Revolução Cubana a taxa de mortalidade infantil já estava praticamente zerada e o governo anunciava o fim do analfabetismo.

— Vamos ficar no discurso fácil e não reconhecer as conquistas sociais? Tão autoritário quanto os que agridem Yoani Sánchez é o não reconhecimento das conquistas que existem.



Pedro França/Agência Senado



Yoani Sánchez responde perguntas de jornalistas no Congresso

## Blogueira espera abertura de Cuba “sem perda da soberania”

Anteontem, na saída da TV Senado, Yoani Sánchez defendeu mudanças em Cuba, como uma maior abertura econômica e a convivência de um sistema de saúde público e universal com clínicas particulares.

— Uma Cuba globalizada terá certamente McDonald’s, mas terá também comida japonesa e brasileira.

O risco de o país voltar a ser explorado pelos EUA, como antes da revolução que tomou o poder em 1959, foi minimizado por Yoani.

— Caberá aos políticos cubanos fazer a abertura sem perda de soberania — disse.

Ela disse que o governo de Raúl Castro sustenta o mito de que os americanos podem invadir Cuba:

— O presidente Barack Obama garantiu que os Estados Unidos não tomarão essa atitude.

## Costa defende mais participação popular na política

João Costa (PPL-TO) defendeu uma reforma política que amplie a participação do povo. Para ele, não há democracia consolidada sem o exercício da liberdade popular.

Ele explicou que, no Brasil, a soberania popular é exercida pelo voto direto e secreto.



Arthur Monteiro/Agência Senado

Citou o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Segundo o senador, faltam ainda ao Brasil outros instrumentos para o exercício pleno da soberania popular, como o veto popular

(pelo qual os eleitores se manifestam contrários a uma medida já elaborada pelas autoridades e prestes a ser

posta em prática), o *recall* (pelo qual os eleitores podem destituir representantes eleitos) e o *abberufungsrecht* (forma de revogação coletiva que permite cassar todo o Parlamento ou dissolvê-lo).

Costa ressaltou que a discussão é urgente. Para ter validade nas eleições de 2014, qualquer mudança precisa ser aprovada no Congresso antes de outubro deste ano.



Luiz de Paula/Agência Senado

Área de exame de autoescola: alteração visa aumentar segurança

## Projeto inclui visita a hospitais em curso de reciclagem de motoristas

Motoristas infratores podem ser obrigados a visitar vítimas de acidente de trânsito em hospitais públicos como parte do curso de reciclagem. É o que prevê projeto (PLS 45/13), de Walter Pinheiro (PT-BA), que inclui no Código Brasileiro de Trânsito a visita a clínica de traumatologia de hospitais públicos no programa dos alunos. A proposta aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o senador, o projeto visa conscientizar os condutores, que já estão insensíveis à aplicação de multas de trânsito.

— O número de infratores flagrados e multados cresceu tanto que o instituto da multa, de tão aplicado, já não surte mais efeito. Na prática, pagar multa tornou-se hoje, para muitos condutores, uma providência quase banal — disse.



Para Pinheiro, a experiência pode despertar mais responsabilidade

Para ele, a experiência de visitar vítimas de acidente de trânsito pode atingir a consciência do motorista de forma mais eficaz.

— Tal experiência, ainda que de curta duração, pode contribuir para desenvolver, no infrator forçado a visitar ambiente desse tipo, noções e valores acerca da importância da disciplina e da responsabilidade no trânsito — acredita.

Se for aprovado na CCJ, o projeto seguirá direto para a Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário.

## Texto obriga câmera de vídeo em esteira de bagagem no aeroporto

Demora excessiva para devolução de malas, além de registros de danos, extravio e até roubo em bagagens. Episódios como esses motivaram Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) a propor mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) para reduzir os transtornos aos passageiros. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar o projeto em decisão terminativa.

A solução sugerida por meio do PLS 46/13 é a instalação de câmeras de vídeo para monitorar a colocação das malas nas esteiras de restituição de bagagem. Vanessa informa que esse sistema já está em operação em 37 aeroportos brasileiros. A intenção do projeto, explicou, é tornar a iniciativa obrigatória.

O processo de colocação das bagagens nas esteiras



Vanessa Grazziotin é autora de proposta em análise na CCJ

deverá ser filmado, sendo as imagens exibidas em tempo real aos passageiros que aguardam na área de restituição do terminal. A gravação ficará à disposição dos usuários no aeroporto de destino por 30 dias, contados da data de desembarque.

— Além de induzir mudanças de atitude no pessoal que executa a tarefa, o monitoramento poderá subsidiar ações de indenização movidas por passageiros — afirma a parlamentar.